Interesses privados já são defendidos

Instalada a Assembléia Nacional Constituinte, no último domingo, multiplicaram-se os grupos de pressão que pretendem atuar e influir na elaboração da nova Carta — os lobistas. Eles sempre frequentaram o Congresso Nacional em defesa de seus interesses ou daqueles que representam. Normalmente a agricultura (historicamente o mais forte e tradicional) e grandes bancos e indústrias. A Constituinte, porém, abriu espaço à nova categoria de lobistas: os nacionalistas.

Circulando abertamente nos Salões Verdes, da Câmara, e Azul, do Senado, os "nacionais" defendem, por exemplo, a integridade do Banco do Brasil, as estatais, a reserva de mercado, o meio ambiente. O monopólio, capitaneado pelos lobistas da agricultura, fatalmente será quebrado. A concorrência é grande. Já estão organizados lobbies das mineradoras, construção civil e naval, hospitais privados, transportes de cargas. E até dos governos estaduais: querem a reforma tributária.

Representantes

Hoje, existem cerca de 30 escritórios em Brasília para "assessoria parlamentar". Grandes empresas preferiram montar "sucursais" com toda a infra-estrutura, como a Shell. Souza Cruz, IBM e

Paulynelli auxilia setor agrícola

Bradesco. Mas o lobby não é só externo. Muitos parlamentares estão atualmente no Congresso defendendo interesses alheios, que não os do povo. Afinal, quem não se elegeu com a ajuda de alguma empresa, entidade ou grupo de pressão?

Na área rural, a União Democrática Ruralista (UDR) diz ter eleito uma bancada significativa. Os deputados Alison Paulinelli (PFL-MG), ex-ministro da Agricultura do governo Geisel; Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP); Júlio Campos (PDS-MT), ex-governador do Mato Grosso e o senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO) são tidos como parlamentares da confiança da entidade, que teria contribuido substancialmente em suas campanhas.

Os deputados Jorge Vianna (PMDB-BA), e Inocêncio Oliveira (PFL-PE), donos de clínicas médicas particulares, são apontados como líderes do lobby dos hospitais privados. já os deputados Simão Sessim (PFL-RJ) e Felipe Cheide (PMDB-SP) são considerados os ponta de lança para a legalização do jogo do bicho, cujos banqueiros não teriam poupado recursos para vê-los com assento na Constituinte. O próprio Cheide teria mais de 500 "pontos" no ABC paulista.

A indústria do tabagismo, além de ter montado escritório específico em Brasília para melhor acompanhar os trabalhos constituintes, teria financiado a campanha e instalação de muitos parlamentares na capital. O deputado Gustavo Faria (PMDB-RJ) é tido como defensor da indústria do cigarro. O deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS), 2° vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara, por sua vez, teria fortes vínculos com a poderosa indústria de armas, além de ser apontado como colaborador dos interesses na de área transportes.

Na área dos nacionalistas, o grupo mais forte, melhor organizado e articulado e o do Banco do Brasil. Estima-se que em defesa de sua integridade estejam perfilados mais de 25 deputados. Entre eles, Saulo Queiroz, secretário-geral do PFL, Agusto Carvalho (PCB-DF), Hélio Duque (PMDB-PR), Antônio Brito (PMDB-RS) e Nider Barbosa (PMDB-ES), além do senador Wilson Barbosa.

Outro grande grupo de pressão que quase todos os dias envia representantes para conversar com os parlamentares é o movimento para estender a anistia aos militares punidos pelo golpe de 64. Que ninguém, então, se assute se encontrar o Roberto Freire (PCB-PE) ou Fernando Santana (PCB-BA) conversando no cafezinho da Câmara com um coronel do Exército. É o lobby da anistia ampla, geral e irrestrita.

Moradores querem participar

A participação popular nos trabalhos da Constituinte está sendo reivindicada, também, pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), que pretende entregar ao presidente Ulysses Guimarães um documento que contém as diversas propostas da entidade para a futura Constituição.

Assim como o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, a Conam quer que seja assegurado o direito de apresentação de propostas, diretamente ao plenário da Constituinte, por entidades representativas da sociedade a nível nacional. Isso, desde que subscrita por mais de 30 mil eleitores.

Uma nova forma de poder, mais democrática, e a extinção do presidencialismo é outra proposição da Conam, cujos membros acham que deve ser dada maior responsabilidade e prerrogativas ao Congresso Nacional. «O Congresso precisa ser unicameral», afirma Jaime de Oliveira Sousa, membro do conselho executivo da Conam e vice-presidente da Federação das Associações de Moradores do DF e região do Entorno.

O documento foi aprovado em reunião realizada em Brasília, que contou com mais de 800 representantes de federações e associações de moradores de todo o Brasil.